



Fundação Universidade de Brasília

Reitor José Geraldo de Sousa Junior
Vice-Reitor João Batista de Sousa



Diretora Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Conselho Editorial Angélica Madeira
Deborah Silva Santos
Denise Imbroisi
José Carlos Córdova Coutinho
Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – *Pres.*
Neide Aparecida Gomes
Roberto Armando Ramos de Aguiar

MAX WEBER

ECONOMIA E SOCIEDADE

FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

VOLUME 1

Tradução de
Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa
(a partir da quinta edição, revista, anotada e
organizada por Johannes Winchelmann)

Revisão técnica de
Gabriel Cohn



Universidade de Brasília



50 1962
2012

dessas corporações representativas resultaria, em última instância, em *nada mais* do que numa nova oportunidade para a "geometria de círculo eleitoral", ainda que em outra forma.

3. As possibilidades das representações "profissionais" não são pequenas. Em tempos de estabilização do desenvolvimento técnico-econômico, serão *extremamente* grandes. Em tais condições, porém, diminuirão em todo caso e em grande parte as atividades dos partidos. Mas enquanto *não* exista esse pressuposto, não é possível pensar que as corporações representativas profissionais possam eliminar os partidos. Ao contrário, desde os "conselhos de empresa" — onde já podemos observar o processo — até o Conselho Econômico do Reich criam-se inúmeras prebendas novas para membros fiéis dos partidos, as quais naturalmente são aproveitadas. Dá-se uma politização da vida econômica e uma economização da vida política. Diante de todas essas possibilidades, pode-se tomar posições fundamentalmente diversas, dependendo da posição valorativa última que se adote. Só que os fatos são estes, e não outros.

Tanto a representação parlamentar genuína com atividades voluntárias de interessados, na política, quanto a organização plebiscitária dos partidos, desenvolvida a partir da primeira, com suas conseqüências, ou a idéia moderna da representação *racional* por representantes de interesses são próprias do Ocidente e só explicáveis pelo desenvolvimento ocidental dos estamentos e das classes, o qual, já na Idade Média, criou ali, e somente ali, as formas precedentes. *Somente* ali existiam "cidades" e "estamentos" (*rex et regnum*), "burgueses" e "proletários".

Capítulo IV

ESTAMENTOS E CLASSES

1. Conceitos

§ 1. Chamamos "*situação de classe*" a oportunidade típica de

- 1) abastecimento de bens,
- 2) posição de vida externa,
- 3) destino pessoal,

que resulta, dentro de determinada ordem econômica, da extensão e natureza do poder de disposição (ou da falta deste) sobre bens ou qualificação de serviço e da natureza de sua aplicabilidade para a obtenção de rendas ou outras receitas.

Chamamos "*classe*" todo grupo de pessoas que se encontra em igual situação de classe.

a) Classe de *classe proprietária* é aquela em que as diferenças de propriedade determinam primariamente a situação de classe.

b) *classe aquisitiva* é a que apresenta oportunidades de valorização de bens ou serviços que lhe determinam primariamente a situação de classe.

c) *classe social* é a totalidade daquelas situações de classe *entre* as quais uma mudança

α) pessoal,

β) na sucessão das gerações

é facilmente possível e costuma ocorrer tipicamente.

Sobre o fundamento de todas as três categorias de classe podem surgir associações dos interessados classistas (associações de classe). Mas isto não ocorre necessariamente: situação de classe e classe *nada mais* indicam do que a existência de situações de interesses típicas *iguais* (ou semelhantes) em que um indivíduo se encontra junto com muitos outros. Em princípio, o poder de disposição sobre os diversos tipos de bens de consumo, meios de produção, patrimônio, meios de aquisição e qualificação de serviço constituem, em cada caso, uma situação de classe especial, e somente a falta total de "qualificação" de pessoas sem propriedade, obrigadas a ganhar a vida por seu trabalho com ocupações inconstantes, representa uma situação de classe homogênea. As transições de uma classe para outra podem ser ou não fáceis e fluentes, em grau muito diverso; por isso, difere também, no mesmo grau, a unidade das classes sociais.

a) A importância primária de uma classe *proprietária* positivamente privilegiada está

α) na monopolização do abastecimento com bens de consumo de preços elevados (onerosos), na compra,

β) na situação de monopólio e na possibilidade de uma política monopolista planejada, na venda,

γ) na monopolização da oportunidade de formação de patrimônio por meio de excedentes não-consumidos,

δ) na monopolização das oportunidades de formação de capital por meio de poupança; portanto, da possibilidade de investimentos de patrimônio como capital de empréstimo e, com isso, de disposição sobre as posições de dirigentes (de empresas),

ϵ) nos privilégios estamentais (de educação), desde que sejam onerosos.

I. Classes proprietárias positivamente privilegiadas são tipicamente os *rentistas*. Estes podem ser:

a) rentistas de seres humanos (proprietários de escravos);

b) rentistas de terras;

c) rentistas de minas;

d) rentistas de instalações (proprietários de instalações de trabalho e aparelhos);

e) rentistas de navios;

f) credores e, neste caso:

α) credores de gado;

β) credores de cereais;

γ) credores de dinheiro;

g) rentistas de valores.

II. Classes proprietárias negativamente privilegiadas são tipicamente:

a) objetos de propriedade (dependentes — veja no parágrafo sobre o “estamento”),

b) desclassificados (*proletarii*, no sentido da Antiguidade);

c) endividados;

d) “pobres”.

Entre elas estão as “classes médias”, que abrangem as camadas, de todas as espécies, que dispõem de propriedade ou qualidades de educação e daí obtêm sua renda. Algumas delas *podem* ser “classes aquisitivas” (empresários — em grande parte positivamente privilegiados —, proletários — negativamente privilegiados), mas nem todas (camponeses, artesãos, funcionários).

A articulação das classes proprietárias puras não é “dinâmica”, isto é, *não* leva necessariamente a lutas e revoluções de classe. A classe proprietária dos rentistas de seres humanos, positivamente privilegiada em alto grau, por exemplo, encontra-se muitas vezes ao lado da muito menos positivamente privilegiada dos camponeses, ou até dos desclassificados, *sem* que haja antagonismo de classe, e às vezes existe até solidariedade entre elas (por exemplo, em relação aos dependentes). Somente o antagonismo de classes proprietárias entre

1) rentistas de terras e desclassificados, ou

2) credores e devedores (muitas vezes: patrícios urbanos e camponeses ou artesãos urbanos)

pode levar a lutas revolucionárias, as quais, no entanto, *não* necessariamente têm o fim de mudar a constituição econômica, mas primariamente apenas o de obter acesso à propriedade ou a distribuição desta (revoluções de classes proprietárias).

Um exemplo clássico do antagonismo de classe é a situação do *poor white trash* (brancos sem escravos) em relação aos proprietários de *plantations*, nos estados sulistas dos Estados Unidos. O *poor white trash* era muito mais hostil aos negros do que os proprietários de *plantations*,

dominados freqüentemente, em sua situação, por sentimentos patriarcais. Os exemplos principais da luta dos desclassificados contra os proprietários estão na Antiguidade, do mesmo modo que dos antagonismos: credor \times devedor e rentista de terras \times desclassificado.

§ 2. b) A importância primária de uma *classe aquisitiva* positivamente privilegiada está

α) na monopolização da direção da produção de bens, no interesse dos fins lucrativos dos membros de sua classe,

β) no asseguramento de suas possibilidades aquisitivas pela influência sobre a política econômica das associações políticas e de outras.

I. Classes aquisitivas positivamente privilegiadas são tipicamente *empresários*:

a) comerciantes;

b) armadores;

c) empresários industriais;

d) empresários agrários;

e) banqueiros e empresários financeiros e, em certas circunstâncias:

f) “profissionais liberais” com capacidade ou formação especial (advogados, médicos, artistas);

g) trabalhadores com qualidades monopólicas (próprias ou adquiridas).

II. Classes aquisitivas negativamente privilegiadas são tipicamente *trabalhadores*, em suas diversas categorias qualitativamente diferenciadas:

a) qualificados;

b) treinados para determinado serviço;

c) não-qualificados.

Entre eles encontram-se também aqui, como “*classes médias*”, os camponeses e artesãos autônomos. Além disso, freqüentemente:

a) funcionários (públicos e privados);

b) a categoria mencionada em *If* e os trabalhadores com qualidades monopólicas excepcionais (próprias ou adquiridas — *I g*);

c) Classes *sociais* são

α) os trabalhadores em seu conjunto, e isto tanto mais quanto mais automatizado se torna o processo de trabalho,

β) a pequena burguesia,

γ) os intelectuais sem propriedade e os especialistas profissionais (técnicos, “empregados” comerciais e outros, funcionários públicos, eventualmente com separação social *muito* rigorosa entre eles, segundo o *custo* da educação);

δ) as classes dos proprietários e privilegiados por educação.

O final interrompido de *O capital*, de Karl Marx, pretendia evidentemente ocupar-se do problema da unidade de classe do proletariado, apesar de sua diferenciação qualitativa. Para tanto é decisiva a importância crescente do trabalho “treinado” na própria máquina, dentro de prazos relativamente curtos, à custa do “qualificado” e às vezes também do “não-qualificado”. Sem dúvida, capacidades treinadas são freqüentemente monopólicas (tecelões alcançam às vezes o rendimento ótimo depois de cinco anos!). O trânsito para uma vida de pequeno-burguês “autônomo” era antigamente o objetivo de todo trabalhador, mas a possibilidade de realização torna-se cada vez menor. Na sucessão das gerações, tanto para α quanto para β , o “ascenso” à classe social γ (técnicos, empregados comerciais) é relativamente o mais fácil. Dentro da classe δ , o dinheiro compra progressivamente — pelo menos na sucessão das gerações — *tudo*. A classe γ tem [particularmente] nos bancos e nas empresas de sociedades por ações oportunidades de ascenso a δ , assim como os funcionários públicos [quando ocupam posições superiores].

Uma ação de classe com caráter de relação associativa cria-se com maior facilidade a) contra os portadores *imediatos* de interesses opostos (trabalhadores contra empresários, e não [contra] acionistas, os quais de fato obtêm renda sem trabalhar; tampouco: camponeses contra proprietários de terras);

b) somente em situações de classe tipicamente semelhantes para *massas* de pessoas;

c) em caso de possibilidade técnica de fácil reunião, especialmente nas comunidades de trabalho localmente concentradas (comunidade de oficina);

d) somente em caso de *condução* para fins evidentes, os quais regularmente são impostos e interpretados por pessoas não pertencentes à classe (os intelectuais).

§ 3. Denominamos *situação estamental* um privilegiamento típico positivo ou negativo quanto à consideração social, eficazmente reivindicado. Baseia-se

a) no modo de vida e, por isso,

b) no modo formal de educação e, nesse caso,

α) em *aprendizagem* empírica ou

β) racional, e nas formas de vida correspondentes;

c) no prestígio derivado de descendência ou profissão.

Na prática, a situação estamental manifesta-se, sobretudo,

α) no *connubium*,

β) na comensalidade e, eventualmente,

γ) com freqüência, na apropriação monopólica de oportunidades de aquisição privilegiadas ou na estigmatização de determinados modos de aquisição,

δ) em convenções estamentais ("tradições") de outra espécie.

A situação estamental *pode* basear-se numa situação de classe de natureza unívoca ou ambígua. Mas *não* se determina somente por ela: a posse de dinheiro e a posição de empresário não são, *por si*, qualificações estamentais — ainda que possam levar a estas; nem a falta de patrimônio constitui, *por si*, uma desqualificação estamental, ainda que também possa levar a esta. A situação estamental, por outro lado, pode condicionar em parte ou totalmente uma situação de classe, sem ser-lhe idêntica. A situação de classe de um oficial, funcionário ou estudante, determinada por seu patrimônio, pode ser muito diversa sem que difira a situação estamental, porque o modo de vida criado pela educação é o mesmo, nos pontos estamentalmente decisivos.

Denominamos "estamento" uma pluralidade de pessoas que, dentro de uma associação, gozam efetivamente

a) de uma consideração estamental especial e eventualmente, também, portanto,

b) de monopólios estamentais especiais.

Os estamentos podem originar-se

a) primariamente, de um modo de vida estamental próprio e, dentro deste, particularmente, da natureza da *profissão* (estamentos por modo de vida e por profissão),

b) secundariamente, de modo carismático-hereditário, com base em pretensões eficazes de prestígio, em virtude de descendência estamental (estamentos por nascimento),

c) da apropriação estamental de poderes de mando políticos ou hierocráticos, como monopólios (estamentos políticos ou hierocráticos).

O desenvolvimento dos estamentos por nascimento é, em regra, uma forma da apropriação (hereditária) de privilégios por uma associação ou por indivíduos qualificados. Toda apropriação fixa de determinadas possibilidades, especialmente a de mando ou a de aquisição, tende a levar à formação de estamentos. E toda formação de estamen-

tos tende a levar à apropriação monopólica de poderes de mando e oportunidades aquisitivas.

Enquanto que as classes aquisitivas crescem com base na economia orientada pelo mercado, os estamentos nascem e existem preferencialmente com base na provisão de necessidades de tipo monopólico-litúrgico, feudal ou estamental-patrimonial de associações. Chamamos uma sociedade "estamental" quando a estruturação social orienta-se preferencialmente pelos estamentos, e "classista" quando esta orienta-se preferencialmente pelas classes. Entre as classes, a mais próxima ao "estamento" é a classe "social", e a mais distante, a "classe aquisitiva". Com freqüência, estamentos são constituídos basicamente por classes proprietárias.

Toda sociedade estamental é *convencional*, regulada por normas de modo de vida, criando, por isso, condições de consumo economicamente irracionais e impedindo, deste modo, por apropriações monopólicas e eliminação da disposição livre sobre a própria capacidade aquisitiva, a formação livre do mercado. Ainda trataremos disso em particular.